

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
1) – CONTEXTO OPERACIONAL.....	6
2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
3) – DISPONIBILIDADES	10
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	10
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS	10
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”	11
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO.....	13
8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVO REGULATÓRIO – CVA.....	14
9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO	17
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	18
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS.....	20
14) – INVESTIMENTOS	21
15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	27
16) – FORNECEDORES	29
17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	29
18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	30
19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	32
20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	32
21) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	34
22) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	41
23) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	41
24) – RECEITA DE USO DA REDE.....	42
25) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	42
26) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL.....	43
27) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	43
28) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	45
29) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	46
30) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	46
31) – RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA..	47
32) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	49
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO	51
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	56
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL	67

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 3)	1.883.520	1.375.501	25.174	23.389
Consumidores e Revendedores (nota 4)	2.092.967	2.074.983	-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 6)	350.700	355.599	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	405.603	358.205	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	476.847	284.197	32.196	12.443
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	650.079	459.898	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	98.316	123.056	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	260.847	125.790	58.106	24.047
Dividendos a Receber	-	-	1.121.701	1.152.772
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	238.283	107.959	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	505.495	791.231	-	-
Estoques	35.757	34.980	17	17
Outros Créditos	283.542	303.201	6.013	7.366
TOTAL DO CIRCULANTE	7.281.956	6.394.600	1.243.207	1.220.034
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 12)	1.705.237	1.726.293	-	-
Fundo de Direitos Creditórios (nota 12)	-	-	747.068	744.502
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 6)	929.931	979.008	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	169.701	159.738	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	547.371	678.592	260.410	280.457
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	30.423	34.637	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	627.877	601.091	295.857	289.024
Depósitos Vinculados a Litígios	265.241	254.905	85.132	82.923
Consumidores e Revendedores (nota 4)	66.838	100.734	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	67.958	215.559	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	319.555	127.488	-	-
Outros Créditos	27.588	24.793	4.985	4.632
Total do Realizável a Longo Prazo	4.757.720	4.902.838	1.393.452	1.401.538
Investimentos (nota 14)	1.025.541	998.875	7.225.024	6.838.844
Imobilizado (nota 15)	10.393.346	10.458.824	1.678	1.703
Intangível (nota 15)	419.468	370.833	641	788
Diferido	100.659	82.746	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.696.734	16.814.116	8.620.795	8.242.873
ATIVO TOTAL	23.978.690	23.208.716	9.864.002	9.462.907

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 16)	798.644	913.773	5.694	6.346
Encargos Regulatórios (nota 19)	374.788	436.535	-	-
Participações nos Lucros (nota 27)	31.730	74.038	4.263	5.450
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	1.117.003	994.577	21.879	22.991
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	1.374.353	1.373.828	1.374.353	1.373.828
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	1.052.255	800.434	9.580	6.792
Debêntures (nota 18)	68.078	33.514	-	-
Salários e Contribuições Sociais	184.114	185.017	5.545	7.672
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	584.170	328.143	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	130.953	139.113	5.585	5.933
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 30)	209.085	176.575	-	-
Outras Obrigações	276.981	293.183	21.912	24.501
TOTAL DO CIRCULANTE	6.202.154	5.748.730	1.448.811	1.453.513
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a Longo Prazo				
Fornecedores (nota 16)	251.504	271.928	-	-
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	130.185	119.907	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	5.230.824	5.620.190	73.587	73.587
Debêntures (nota 18)	1.444.347	1.194.799	-	30.009
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	461.948	449.521	99.793	96.851
Provisões para Contingências (nota 21)	600.757	534.980	257.151	229.714
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	1.427.448	1.450.850	55.545	56.749
Outras Obrigações	105.636	107.660	30	31
Total do Exigível a Longo Prazo	9.652.649	9.749.835	486.106	486.941
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (nota 14)	92.239	90.080	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.744.888	9.839.915	486.106	486.941
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	102.563	97.618	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 22)				
Capital Social	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538
Reservas de Capital	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros	1.841.570	1.841.570	1.841.570	1.841.570
Lucros Acumulados	406.632	-	406.632	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.929.085	7.522.453	7.929.085	7.522.453
PASSIVO TOTAL	23.978.690	23.208.716	9.864.002	9.462.907

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006 Reclassificado	31/03/2007	31/03/2006 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 23)	3.034.879	2.513.921	-	-
Receita de Uso da Rede (nota 24)	510.351	466.112	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 25)	139.755	114.510	284	507
	<u>3.684.985</u>	<u>3.094.543</u>	<u>284</u>	<u>507</u>
Deduções à Receita Operacional (nota 26)	<u>(1.348.839)</u>	<u>(1.060.134)</u>	<u>(10)</u>	<u>(63)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.336.146</u>	<u>2.034.409</u>	<u>274</u>	<u>444</u>
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 27)	(600.288)	(534.061)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(181.415)	(249.466)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(30.024)	(38.954)	-	-
	<u>(811.727)</u>	<u>(822.481)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores (nota 27)	(239.012)	(220.007)	-	-
Entidade de Previdência Privada (nota 27)	(28.293)	(34.343)	-	-
Materiais	(21.266)	(20.286)	-	-
Serviços de Terceiros (nota 27)	(100.918)	(88.855)	-	-
Depreciação e Amortização	(175.171)	(149.624)	-	-
Provisões Operacionais (nota 27)	(32.164)	(4.424)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(37.072)	(21.923)	-	-
Outras	(34.145)	(27.341)	-	-
	<u>(668.041)</u>	<u>(566.803)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL	<u>(1.479.768)</u>	<u>(1.389.284)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO BRUTO	856.378	645.125	274	444
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	(48.149)	(43.933)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(77.469)	(35.732)	(46.589)	(19.443)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(41.786)	(5.232)	16.728	7.911
	<u>(167.404)</u>	<u>(84.897)</u>	<u>(29.861)</u>	<u>(11.532)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras Líquidas e Juros sobre o Capital Próprio	688.974	560.228	(29.587)	(11.088)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	423.532	352.621
Resultado Financeiro Líquido (nota 28)	(66.906)	(25.413)	4.065	9.577
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
	<u>(66.906)</u>	<u>(25.413)</u>	<u>427.597</u>	<u>362.198</u>
Lucro Operacional	622.068	534.815	398.010	351.110
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(6.196)	(12.065)	(2.316)	(3.477)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	615.872	522.750	395.694	347.633
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 10)	(281.714)	(182.379)	(761)	(7.137)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 10)	77.228	(644)	11.699	(769)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias	411.386	339.727	406.632	339.727
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	(4.754)	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>406.632</u>	<u>339.727</u>	<u>406.632</u>	<u>339.727</u>
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$			<u>2,51</u>	<u>2,10</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding desde 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de março de 2007 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não revisados pelos auditores independentes):

- ☐ Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária na seguinte empresa em 31 de março de 2007:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto, constituída durante o 1º trimestre de 2007 – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em setembro de 2008 e com capacidade instalada de 27MW.
- ☐ Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- ☐ Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 79,39% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,8 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, com que detém 852 MW de capacidade instalada;
- ☐ Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- ☐ Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- ☐ Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

- ❑ Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada - participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- ❑ Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- ❑ Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- ❑ Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;
- ❑ Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- ❑ Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;
- ❑ Cemig PCH S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- ❑ Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- ❑ UTE Barreiro S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- ❑ Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- ❑ Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- ❑ Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora (345 kV);

- ❑ Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto - participação de 17,74%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará;
- ❑ Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão;
- ❑ Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará;
- ❑ Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto - participação de 15,22%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia;
- ❑ Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto - participação de 7,50%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de março de 2007:

- ❑ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ❑ Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí 230 kV;
- ❑ Transchile Charrúa Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados e divulgados integralmente no encerramento do último exercício social.

Adicionalmente, a Companhia está apresentando, nas notas explicativas nºs. 32 e 33, as demonstrações do fluxo de caixa e do resultado segregado por empresa, respectivamente.

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Deve ser ressaltado que, a partir do 3º trimestre de 2006, a Companhia passou a consolidar parcialmente as demonstrações financeiras da RME e das empresas de transmissão ETEP, ENTE, ERTE, EATE e ECTE, sendo registrados como equivalência patrimonial e incluídos nos resultados consolidados apurados a partir de 1º de agosto de 2006. As informações trimestrais da Cemig Geração e Transmissão são consolidadas previamente à consolidação da Companhia.

As datas das demonstrações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

Alteração do Manual de Contabilidade

A ANEEL publicou o Despacho nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006, que alterou as seguintes normas no manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, com entrada em vigor em 1º de Janeiro de 2007:

- Constituição de depreciação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, utilizando as mesmas taxas médias utilizadas na depreciação do ativo imobilizado a que estiver vinculado. A partir de abril de 2008, após a revisão tarifária, todo o saldo das obrigações especiais relativo aos ativos em serviço, passará a ser depreciado e;
- Transferência dos encargos do consumidor: Programa de Eficiência Energética, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Conta de Consumo de Combustível - CCC, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, Expansão do Sistema Energético – EPE e Pesquisa e Desenvolvimento de despesas operacionais para deduções da receita bruta.

Reclassificação de Saldos Contábeis

Em função, basicamente, das alterações no plano de contas da ANEEL, já mencionadas, a Companhia reclassificou determinadas transações referentes ao 1º trimestre de 2006 para permitir a comparabilidade das informações, como segue:

Conta Original	Consolidado Valor (R\$)	Conta de Reclassificação	Consolidado Valor (R\$)
Receita Operacional		Resultado Financeiro	
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	(25.913)	Receitas Financeiras	9.394
	<u>(25.913)</u>	Receita de Uso da Rede	16.519
			<u>25.913</u>
Custos Operacionais – Custo de Operação		Deduções da Receita Bruta	
Programa de Eficiência Energética - PEE	4.240	Programa de Eficiência Energética - PEE	(4.240)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	69.080	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(69.080)
Conta Consumo de Combustível - CCC	96.319	Conta Consumo de Combustível - CCC	(96.319)
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	19.354	Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	(19.354)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	7.067	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(7.067)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	3.534	Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	(3.534)
	<u>199.594</u>		<u>(199.594)</u>

Conta Original	Consolidado	Controladora	Conta de Reclassificação	Consolidado	Controladora
	Valor (R\$)	Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
Custos Operacionais – Custo de Operação			Despesa Financeira		
Provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE	11.265	-	Provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE	(19.176)	(7.911)
Despesa Operacional					
Outras Despesas Operacionais	7.911	7.911			
	19.176	7.911		(19.176)	(7.911)

3) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Contas Bancárias	179.228	134.324	2.394	1.847
Aplicações Financeiras	1.704.292	1.241.177	22.780	21.542
	1.883.520	1.375.501	25.174	23.389

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas têm sua remuneração baseada, substancialmente, na variação do CDI (“Certificado de Depósito Interfinanceiro”) com prazo de resgate inferior a 90 dias.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Fornecimento Faturado	1.851.495	1.934.368	71.320	103.924
Fornecimento não Faturado	455.439	453.624		
Suprimento a Outras Concessionárias	198.217	145.904		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(412.184)	(458.913)	(71.320)	(103.924)
	2.092.967	2.074.983	-	-

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Ativos				
Recomposição Tarifária extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 6	1.280.631	1.334.607	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 7	128.739	157.693	-	-
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 11	825.050	918.719	-	-
PIS/PASEP e COFINS – Nota nº 13	306.241	323.518	-	-
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 8	819.780	619.636	-	-
	<u>3.360.441</u>	<u>3.354.173</u>	-	-
Passivos				
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 16	(336.712)	(352.039)	-	-
Fornecedores – CCEE – Energia Livre – Nota nº 16	(102.027)	(78.989)	-	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 8	(714.355)	(448.050)	-	-
	<u>(1.153.094)</u>	<u>(879.078)</u>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições - Obrigações Diferidas – Nota nº 17	(884.184)	(957.085)	(99.793)	(96.851)
	<u>(2.037.278)</u>	<u>(1.836.163)</u>	<u>(99.793)</u>	<u>(96.851)</u>
Total	<u>1.323.163</u>	<u>1.518.010</u>	<u>(99.793)</u>	<u>(96.851)</u>

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre"). Como a Cemig Distribuição S.A. e a Light são apenas repassadoras às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada simultaneamente para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Os créditos de RTE referente à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$144.634 em 31 de março de 2007 (R\$165.890 em 31 de dezembro de 2006), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Provisão para perdas

A CEMIG e suas controladas elaboraram estudos para verificar se o prazo estipulado pela ANEEL para recuperação dos valores homologados será suficiente. Na elaboração deste estudo são consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base nos estudos, foi estimada em R\$424.290 a provisão para perdas na realização dos valores da RTE (R\$406.216 em 31 de dezembro de 2006), registrada como redutora do ativo respectivo e com contrapartida no resultado financeiro.

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela “A” deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela “A”

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela “A”, registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
	Total	Total
CEMIG - Controladora		
Perdas com o Racionamento	230.735	223.933
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(230.735)</u>	<u>(223.933)</u>
	-	-
Cemig Distribuição S.A		
Perdas com o Racionamento	260.291	299.069
Repasse a ser efetuado aos geradores – Energia Livre	323.873	337.370
Parcela A	651.610	632.388
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(92.779)</u>	<u>(90.044)</u>
	1.142.995	1.178.783
RME - Light		
Perdas com o Racionamento	91.463	101.507
Repasse a ser efetuado aos geradores – Energia Livre	68.809	70.720
Parcela A	78.140	75.836
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(100.776)</u>	<u>(92.239)</u>
	137.636	155.824
Total da RTE e da Parcela “A”	<u>1.280.631</u>	<u>1.334.607</u>
Ativo Circulante	350.700	355.599
Realizável a Longo Prazo	<u>929.931</u>	<u>979.008</u>

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante, na conta de Fornecedores, no montante de R\$126.101 e R\$210.861 (R\$124.557 e R\$227.482 em 31 de dezembro de 2006), respectivamente.

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	381.242	402.752
Provisão para perdas na realização	<u>(252.503)</u>	<u>(245.059)</u>
	128.739	157.693
Circulante	98.316	123.056
Realizável a Longo Prazo	<u>30.423</u>	<u>34.637</u>

Os valores a receber referem-se à diferença entre os preços pagos nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh.

Desta forma, desde março de 2003 as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam parte dos valores obtidos mensalmente através da RTE a Companhia.

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão no âmbito da CCEE são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas

A subsidiária Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE e repassar os valores devidos à Companhia.

Foi elaborado estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$252.503 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de março de 2007 (R\$245.059 em 31 de dezembro de 2006), registrada como redutora do ativo respectivo.

8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVO REGULATÓRIO – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis das Distribuidoras, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
Cemig Distribuição	97.341	143.204
RME - Light	8.084	28.382
	105.425	171.586
Ativo Circulante	650.079	459.898
Realizável a Longo Prazo	169.701	159.738
Passivo Circulante	(584.170)	(328.143)
Passivo Não Circulante	(130.185)	(119.907)
Valores Líquidos	105.425	171.586

9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Circulante				
ICMS a Recuperar	23.679	15.088	3.508	3.508
Imposto de Renda	225.606	144.350	-	7.325
Contribuição Social	88.083	42.893	-	5
PASEP	22.551	13.186	4.439	13
COFINS	103.018	63.943	20.579	206
Outros	13.910	4.737	3.670	1.386
	<u>476.847</u>	<u>284.197</u>	<u>32.196</u>	<u>12.443</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	331.893	312.434	-	367
Imposto de Renda	266.689	260.013	266.610	260.013
Contribuição Social	29.295	28.644	29.247	28.644
	<u>627.877</u>	<u>601.091</u>	<u>295.857</u>	<u>289.024</u>
	<u>1.104.724</u>	<u>885.288</u>	<u>328.053</u>	<u>301.467</u>

Os valores registrados de PASEP/COFINS na Controladora referem-se à constituição de ativos a recuperar correspondentes a diferença de tributação destas contribuições pelo regime não cumulativo (9,25%) e cumulativo (3,65%) aplicados sobre as receitas de transmissão do período de fevereiro a dezembro de 2004, oriundas de contratos firmados em datas anteriores a 31 de outubro de 2003 (preço pré-determinado) tendo como contrapartida as outras receitas operacionais (nota explicativa nº 25) e receitas e despesas financeiras pela atualização da SELIC (nota explicativa nº 28).

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a antecipações de pagamentos e retenções sobre os Juros sobre o Capital Próprio recebidos das controladas. Também encontram-se provisionados valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados nos anos subseqüentes, com outros impostos federais que venham a ser apurados.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos a partir do 2º trimestre de 2007.

10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	371.976	367.944	120.308	108.152
Provisão para Contingências	186.560	163.185	84.754	73.668
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição				
Tarifária Extraordinária e Energia Livre	195.846	190.072	78.450	76.137
Obrigações Pós-Emprego	49.280	49.279	2.424	2.423
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	164.073	166.697	24.249	35.334
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	54.046	58.524	7.669	7.455
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(248.378)	(239.472)	-	-
Outros	34.815	48.153	662	1.335
	808.218	804.382	318.516	304.504
Ativo Circulante	260.847	125.790	58.106	24.047
Realizável a Longo Prazo	547.371	678.592	260.410	280.457

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 08 de fevereiro de 2007, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 14 de fevereiro de 2007.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2007, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2007	180.220	22.666
2008	347.202	141.121
2009	93.343	36.731
2010	98.568	33.331
2011	74.598	27.034
2012 a 2014	140.909	43.578
2015 a 2016	121.756	14.055
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - RME-Light	(248.378)	-
	808.218	318.516

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 31 de março de 2007, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$418.588 (R\$413.381 em 31 de dezembro de 2006). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

Os créditos não provisionados referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 12). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no valor de R\$558.639. Parcela desses valores, no montante de R\$418.345, não está reconhecida nas demonstrações financeiras.

O valor registrado como provisão para não recuperação, reconhecido pela Light em exercícios anteriores, refere-se a créditos tributários sobre perdas fiscais acumuladas. Embora as atuais projeções de resultados da Light indiquem que a geração de lucros tributáveis é suficiente para absorver a totalidade dos créditos fiscais, os mesmos não foram reconhecidos uma vez que a Light não possui histórico de lucro tributável nos últimos três anos, conforme determina a Instrução CVM nº 371.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	615.872	522.750	395.694	347.633
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(209.396)	(177.734)	(134.536)	(118.195)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Reversão da Provisão para Perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	(5.747)	-	(5.747)
Reversão referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	(762)	(3.007)	(762)	(3.007)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	141.941	119.891
Contribuições e Doações Inedutíveis	(890)	(965)	(68)	(23)
Constituição de Créditos Fiscais Anteriormente não Reconhecidos	6.900	(513)	6.949	(38)
Outros	(338)	4.943	(2.586)	(787)
Imposto de Renda e Contribuição Social–Receita (Despesa) Efetiva	(204.486)	(183.023)	10.938	(7.906)

11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Companhia.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. Conforme estabelecido na resolução, a diferença percentual de 12,88% seria compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos no período de 2004 a 2007, cumulativamente.

A última parcela que deveria ter sido incluída no reajuste tarifário de 8 de abril de 2007 foi postergada para o ano de 2008.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Companhia tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	376.572	351.044
Atualização Monetária – IGP-M	147.966	137.107
(-) Valores Arrecadados	<u>(649.100)</u>	<u>(519.044)</u>
	<u>825.050</u>	<u>918.719</u>
Ativo Circulante	505.495	791.231
Realizável a Longo Prazo	<u>319.555</u>	<u>127.488</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de março de 2007 é de R\$356.834.

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2.941.599.

Como resultado da conciliação realizada entre a CEMIG e o Estado dos critérios de atualização do contrato, desde a sua assinatura, conforme estabelecia no parágrafo único da Cláusula Primeira do Quarto Aditivo da CRC, o saldo devedor será reduzido de R\$102.131, chegando-se ao valor de R\$2.839.468, data base de 31 de dezembro de 2004, que atualizado para 31 de março de 2007 corresponde a R\$3.281.219.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76.482, a valores de 31 de dezembro de 2004 e com o resultado da conciliação os valores das parcelas serão reduzidas na mesma proporção, conforme parágrafo anterior.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser, a partir de 01 de janeiro de 2008, superior a 65%. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2006, já haviam sido amortizadas de forma antecipada as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2007.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do Contas a Receber do Contrato da CRC e do FIDC em 2007 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.726.293
Atualização monetária das quotas seniores	32.075
Atualização monetária das quotas subordinadas	6.199
Amortização das quotas seniores	(55.697)
Amortização das quotas subordinadas	(3.633)
Saldo em 31 de março de 2007	1.705.237
Composição do FIDC em 31 de março de 2007	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	958.169
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	746.354
Dividendos retidos pelo Fundo	714
	747.068
TOTAL	1.705.237

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2006, de acordo com a aprovação da Assembléia de Acionistas ocorrida em 26 de abril de 2007. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$307.894 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, R\$128.148 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R\$179.746 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

d) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
Cemig Distribuição	287.221	298.510
RME – Light	19.020	25.008
	306.241	323.518
Ativo Circulante	238.283	107.959
Realizável a Longo Prazo	67.958	215.559

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2007			Janeiro a março de 2007	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.127.123	-	176.211
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.530.380	-	180.398
Infovias	331.066.000	100,00	381.023	302.469	-	2.386
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.945	93.039	416	3.694
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	98.533	-	5.657
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	283.720	6.235	19.521
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	67.798	-	1.859
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	67.542	-	2.054
Cemig PCH	50.952.000	100,00	1	54.677	-	3.724
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	1	54.471	2.662	7.209
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	57.998	1.914	2.254
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	1	11.190	-	1.758
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	30.000	31.137	-	1.137
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	20	-	8
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	27.286	27.285	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.354	-	146
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	17	-	16
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia Participações	12.000	25,00	709.310	927.443	-	70.835
Cemig Trading	10.000	100,00	10	121	-	(41)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	17,74	63.475	73.223	13.209	5.255
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	109.907	124.922	10.120	9.916
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	26.724	5.205	2.326
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	15,22	250.009	288.633	55.643	22.602
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	50.831	3.133	4.920

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2006			Janeiro a março de 2006	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.950.912	-	120.911
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.349.982	-	197.167
Infovias	331.066.000	100,00	331.066	247.514	-	3.880
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.945	105.105	13.303	5.139
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	92.876	20.831	5.855
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	275.974	-	9.318
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.098	5.165	2.914
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.488	6.900	1.942
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	51.438	-	2.805
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	46.484	-	1.164
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	58.436	36	663
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	10.163	-	606
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	50.000	30.000	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	192	5.502	6
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	27.286	27.286	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.208	-	(84)
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	1.609	2.794	333
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.063	-	-
Rio Minas Energia Participações	12.000	25,00	709.310	848.056	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	160	253	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	17,51	58.751	85.335	-	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	100.840	138.986	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	30.702	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	14,94	232.328	343.147	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	64.783	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2006	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	31.03.2007
Cemig Geração e Transmissão	2.950.912	176.211	-	-	-	3.127.123
Cemig Distribuição	2.349.982	180.398	-	-	-	2.530.380
Infovias	297.471	2.386	-	-	2.612	302.469
Rosal Energia	105.105	3.694	-	-	(15.760)	93.039
Sá Carvalho	92.876	5.657	-	-	-	98.533
GASMIG	152.317	10.774	-	(3.441)	(3.058)	156.592
Horizontes Energia	66.098	1.859	-	3.027	(3.186)	67.798
Usina Térmica Ipatinga	65.488	2.054	-	-	-	67.542
Cemig PCH	51.438	3.724	-	(1.062)	576	54.676
Cemig Capim Branco Energia	46.484	7.209	1.734	(956)	-	54.471
Companhia Transleste de Transmissão	14.610	562	-	(478)	(195)	14.499
UTE Barreiro	10.163	1.758	-	-	(731)	11.190
Companhia Transudeste de Transmissão	7.200	273	-	-	-	7.473
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	192	8	-	(180)	-	20
Companhia Transirapé de Transmissão	5.473	-	-	-	-	5.473
Transchile	13.370	-	-	-	-	13.370
Efficientia	3.208	146	-	-	-	3.354
Central Termelétrica de Cogeração	1.609	16	-	-	(1.608)	17
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.662	-	41	-	-	6.703
Rio Minas Energia Participações	212.015	19.855	-	-	(9)	231.861
Cemig Trading	253	(41)	-	(51)	(40)	121
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	14.942	932	176	(3.125)	64	12.989
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	27.026	1.820	-	(6.091)	169	22.924
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	6.019	427	-	(1.543)	1	4.904
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	51.252	3.440	917	(11.295)	(384)	43.930
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	5.330	370	-	(1.887)	(1)	3.812
	6.557.495	423.532	2.868	(27.082)	(21.550)	6.935.263

b) Aquisição de participação na Light

A CEMIG, através da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), adquiriu em agosto de 2006, a participação societária correspondente a 79,39% (setenta e nove vírgula trinta e nove por cento) do capital social total da Light, holding que controla integralmente, entre outras empresas, a concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A. e a geradora Light Energia S.A.

Foi apurado um deságio na aquisição, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado desde outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor do deságio (R\$88.921) está apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

A CEMIG, em parceria com a MDU Brasil Ltda. e a Brascan Brasil Ltda. concluíram em agosto de 2006 o processo de aquisição das participações societárias que a SCHAHIN Holding S.A. detinha em concessionárias de transmissão de energia elétrica. Em função dessa negociação e com a assinatura de acordo de acionistas, a Companhia passou a participar do controle das empresas transmissoras adquiridas, conforme maiores detalhes descritos abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Participação Cemig %</u>	<u>Valor pago</u>	<u>Ágio Apurado</u>
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	17,51	42.609	27.887
Empresa Norte de Transmissão de Energia	18,35	70.273	41.201
Empresa Regional de Transmissão de Energia	18,35	15.767	9.435
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	14,94	207.468	156.669
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	7,50	13.209	7.597
		349.326	242.789

O ágio na aquisição, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões de transmissão. A amortização do ágio será reconhecida durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado - Intangíveis.

d) Investimentos na Infovias

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Venda da Way TV

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A. foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R\$132 milhões com ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital e condicionado a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. A Way TV é controlada (69,25% de participação) da Infovias. O lucro em função dessa alienação, no montante estimado de R\$44.200 (não revisado pelos auditores independentes) não foi reconhecido nestas informações trimestrais.

Em reunião extraordinária realizada em 19 de março de 2007, o Conselho Diretor da ANATEL negou a anuência à transferência do controle societário da Way TV. Medidas administrativas e judiciais estão sendo avaliadas para reverter a decisão do Conselho.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 31/03/2007	Consolidado 31/12/2006
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,53	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,58	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,91	512.946	512.946
Usina Capim Branco I	21,05	2,51	26.330	25.378
Depreciação acumulada			(64.462)	(57.645)
Total em operação			934.448	940.313
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	297
Usina de Funil	49,00		9.092	9.041
Usina de Aimorés	49,00		11.733	7.073
Usina de Baguari	34,00		16.458	4.826
Usinas Capim Branco I e II	21,05		20.926	17.935
Total em construção			71.334	39.172
Total Consórcios			1.005.782	979.485

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31/03/2007			31/12/2006
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	19.789.869	(8.372.610)	11.417.259	11.118.138
- Distribuição	9.790.611	(4.421.254)	5.369.357	5.018.455
Intangíveis	65.185	(43.467)	21.718	20.686
Terrenos	31.214	-	31.214	31.044
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	285.291	(140.272)	145.019	147.745
Máquinas e Equipamentos	9.350.247	(4.197.574)	5.152.673	4.799.443
Veículos	36.866	(23.971)	12.895	14.298
Móveis e Utensílios	21.808	(15.970)	5.838	5.239
- Geração	7.284.068	(2.834.536)	4.449.532	4.517.423
Intangíveis	110.048	(40.341)	69.707	48.586
Terrenos	218.047	-	218.047	219.858
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.872.536	(1.307.773)	2.564.763	2.594.150
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	931.889	(341.600)	590.289	631.347
Máquinas e Equipamentos	2.144.970	(1.139.187)	1.005.783	1.022.484
Veículos	3.212	(2.727)	485	523
Móveis e Utensílios	3.366	(2.908)	458	475
- Transmissão	1.717.740	(619.987)	1.097.753	1.105.334
Intangíveis	245.514	(1.926)	243.588	245.336
Terrenos	2.191	-	2.191	2.973
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	100.128	(50.743)	49.385	49.388
Máquinas e Equipamentos	1.369.108	(566.728)	802.380	807.410
Veículos	151	(90)	61	60
Móveis e Utensílios	648	(500)	148	167
- Administração	515.083	(325.257)	189.826	160.621
Intangíveis	135.818	(73.847)	61.971	31.539
Terrenos	3.994	-	3.994	3.995
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	75.113	(37.908)	37.205	37.894
Máquinas e Equipamentos	219.142	(149.576)	69.566	68.941
Veículos	35.886	(29.450)	6.436	7.252
Móveis e Utensílios	45.130	(34.476)	10.654	11.000

	Consolidado			
	Custo Histórico	31/03/2007 Depreciação Acumulada	Valor Líquido	31/12/2006 Valor Líquido
- Telecomunicações	400.259	(151.825)	248.434	251.764
Intangíveis	38.290	(16.423)	21.867	24.109
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55	(6)	49	151
Máquinas e Equipamentos	361.102	(135.013)	226.089	227.052
Móveis e Utensílios	742	(383)	359	382
- Gás	82.108	(19.751)	62.357	64.541
Intangíveis	617	-	617	577
Terrenos	42	-	42	42
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.611	(398)	1.213	1.230
Máquinas e Equipamentos	79.490	(19.234)	60.256	62.455
Móveis e Utensílios	348	(119)	229	237
Em Curso	1.716.957	-	1.716.957	1.961.595
- Distribuição	1.225.768	-	1.225.768	1.503.768
- Geração	130.372	-	130.372	116.281
- Transmissão	179.767	-	179.767	163.733
- Administração	152.806	-	152.806	148.285
- Telecomunicações	4.142	-	4.142	6.611
- Gás	24.102	-	24.102	22.917
Total do Imobilizado	21.506.826	(8.372.610)	13.134.216	13.079.733
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(2.321.402)	(2.250.076)
Imobilizado Líquido			10.812.814	10.829.657

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Em função de alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007, as obrigações especiais vinculadas a ativos que entraram em operação a partir dessa data passaram a ser depreciadas. A partir de abril de 2008, após a revisão tarifária, todo o saldo das obrigações especiais passará a ser depreciado.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R\$669.715, em 31 de março de 2007 (R\$ R\$930.639 em 31 de dezembro de 2006), referente ao Programa “Luz para Todos”.

16) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	214.296	224.052	-	-
Furnas	55.823	65.816	-	-
CCEE	61.384	34.543	-	-
Repasse aos Geradores	125.851	124.557	-	-
Outros	171.371	187.102	-	-
	628.725	636.070	-	-
Materiais e Serviços	169.919	277.703	5.694	6.346
	798.644	913.773	5.694	6.346
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	210.861	227.482	-	-
CCEE	40.643	44.446	-	-
	251.504	271.928	-	-

Parte substancial dos valores devidos a CCEE serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
Circulante				
Imposto de Renda	221.983	65.872	-	-
Contribuição Social	83.084	25.250	-	-
ICMS	266.599	262.084	19.789	19.800
COFINS	65.799	74.395	-	2.279
PASEP	14.892	17.155	-	497
INSS	14.993	17.110	-	-
Outros	27.417	25.147	2.090	415
	694.767	487.013	21.879	22.991
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	257.007	299.152	-	-
Contribuição Social	92.524	107.695	-	-
COFINS	59.736	82.752	-	-
PASEP	12.969	17.965	-	-
	422.236	507.564	-	-
	1.117.003	994.577	21.879	22.991
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	261.211	264.310	57.684	55.983
Contribuição Social	94.036	94.500	20.766	20.154
COFINS	79.342	67.425	17.536	17.019
PASEP	15.173	12.522	3.807	3.695
Outros	12.186	10.764	-	-
	461.948	449.521	99.793	96.851

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações registradas no ativo.

18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2007		31/12/2006	
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	1.623	102.520	104.143	106.989
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	16.086	29.730	45.816	47.101
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	17.428	109.050	126.478	132.718
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	694	67.480	68.174	69.678
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.142	12.202	15.344	17.692
Banco Paribas	2010	Libor + 1,87	US\$	2.261	59.529	61.790	63.114
KFW	2016	4,50	EURO	2.010	16.258	18.268	18.601
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	139.978	9.556	149.534	153.434
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	86	4.180	4.266	4.389
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	295	17.598	17.893	18.428
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	13.704	6.309	20.013	20.106
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	6.419	40.016	46.435	48.769
Deutsche Bank (10)	2010	Libor + 4,35	US\$	3.532	82.016	85.548	87.118
J. P. Morgan – Tranches A/B/C (10)	-	Libor + 3,00	US\$	-	-	-	200.931
Outros	2025	Diversas	Diversas	8.119	16.727	24.846	25.684
Dívida em Moeda Estrangeira				215.377	573.171	788.548	1.014.752
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	225	75.000	75.225	75.156
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	6.091	118.822	124.913	120.845
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	8.973	109.277	118.250	114.299
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	17.223	126.000	143.223	138.698
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	67.141	1.200.000	1.267.141	1.228.391
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	13.550	166.896	180.446	174.148
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	2.413	40.000	42.413	40.961
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	26.314	300.865	327.179	317.035
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	3.620	59.998	63.618	61.442
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	1.897	54.372	56.269	57.736
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	2.364	101.316	103.680	107.619
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	3.399	41.724	45.123	43.544
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	135.687	-	135.687	169.827
Bradesco	2013	CDI + 1,70	R\$	35.723	377.253	412.976	399.177
Citibank S.A.	2007	102,00 do CDI	R\$	206.077	-	206.077	-
Debêntures	2009	CDI + 1,20	R\$	19.410	349.556	368.966	357.071
Debêntures	2011	104,00 do CDI	R\$	12.554	238.816	251.370	243.690
Debêntures – Governo do Estado de M. G.	2031	IGP-M	R\$	-	137.990	137.990	136.488
Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R\$	22.331	261.259	283.590	273.659
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	17.035	71.684	88.719	94.823
ELETROBRÁS	2023	6,00 a 8,00	R\$	25.946	207.073	233.019	213.038
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.905	79.673	81.578	84.698
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	6.937	104.095	111.032	106.972
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	22.903	309.285	332.188	321.052
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	9.580	73.587	83.167	80.379
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	99.580	858.589	958.169	981.791
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,20	R\$	692	10.793	11.485	11.590
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	4.134	209.851	213.985	217.405
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,75	R\$	9.649	246.875	256.524	-
BNDES – Recuperação de margem (10)	2007	SELIC + 1,00	R\$	68.996	-	68.996	77.776
Bradesco Tranche A/B (10)	-	CDI + 2,00	R\$	-	-	-	60.473
Banco Itaú Tranche A/B (10)	-	CDI + 2,00	R\$	-	-	-	26.031
Unibanco Tranche A/B (10)	-	CDI + 2,00	R\$	-	-	-	69.103
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	18.308	133.983	152.291	155.694
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	34.299	37.368	71.667	73.574
Dívida em Moeda Nacional				904.956	6.102.000	7.006.956	6.634.185
Total Geral Consolidado				1.120.333	6.675.171	7.795.504	7.648.937

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 2,00% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; CDI + 2,81% a.a. e CDI + 2,65% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
- (11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006.

A Controlada Cemig Distribuição S.A. emitiu, em 02 de janeiro de 2007, R\$200 milhões em Notas Promissórias (commercial papers), com prazo de 180 dias e juros correspondente à taxa de 102,0% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. As Notas Promissórias são garantidas por aval da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e os recursos captados foram utilizados para recomposição de caixa referentes às dívidas vencidas e liquidadas desde agosto até dezembro de 2006. As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, a seu exclusivo critério.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	206.168	66.528	88.287	133.331	39.361	35.798	32.282	3.567	73.779	679.101
Euro	4.442	5.298	5.298	5.298	4.857	3.330	1.806	1.806	3.616	35.751
Yen	694	-	67.480	-	-	-	-	-	-	68.174
	211.304	71.826	161.065	138.629	44.218	39.128	34.088	5.373	77.395	783.026
Indexadores										
Índice Geral de Preços–Mercado–IGP-M	42.010	211.754	2.619	2.619	2.619	2.619	2.619	263.880	142.868	673.607
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.777	17.035	11.981	11.981	11.981	11.981	10.983	-	-	88.719
SELIC	178.871	25.812	-	-	-	-	-	-	-	204.683
Certificado Depósito Interbancário – CDI	512.460	224.606	686.686	596.036	707.613	895.701	1.035.980	573.949	169.859	5.402.890
RGR (*)	21.748	25.598	27.506	26.033	26.033	22.773	18.208	18.208	50.260	236.367
UMBNDDES (**)	875	865	683	426	297	297	297	297	1.485	5.522
URTJ (***)	30.496	30.801	37.745	52.649	50.702	50.777	50.777	50.985	25.806	380.738
Cesta de Indexadores	1.772	2.498	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	2.543	424	19.952
	801.009	538.969	769.763	692.287	801.788	986.691	1.121.407	909.862	390.702	7.012.478
	1.012.313	610.795	930.828	830.916	846.006	1.025.819	1.155.495	915.235	468.097	7.795.504

(*) RGR – Reserva Global de Reversão.

(**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.

(***) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no trimestre findo em 31/03/2007 %	Indexadores	Varição no trimestre findo em 31/03/2007 %
Dólar Norte-Americano	(4,10)	IGP-M	1,11
Euro	(2,88)	FINEL	0,22
Yen	(3,10)	CDI	3,03
		SELIC	3,04
		UMBNDDES	(4,02)

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"). Os contratos de financiamentos que tiveram as suas cláusulas não atendidas em 31 de dezembro de 2006, para os quais a Companhia obteve seus respectivos consentimentos das instituições financeiras, somente têm o seu atendimento exigido semestralmente, ou seja, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2007	31/12/2006
Reserva Global de Reversão – RGR	11.710	11.285
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	37.157	83.210
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	34.806	36.093
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.854	2.832
Eficiência Energética	30.349	146.410
Pesquisa e Desenvolvimento	59.773	85.798
Pesquisa Expansão Sistema Energético	132.554	32.407
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	71.611	39.477
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.146	1.351
	383.167	440.070
Passivo Circulante	374.788	436.535
Passivo Não Circulante	8.379	3.535

20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição nos percentuais de 4,92%, 22,63% e 72,45%, respectivamente, determinados em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.315.739 em 31 de março de 2007 (R\$1.317.424 em 31 de dezembro de 2006) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas mencionadas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, o reajuste se dá pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido em 2006, R\$207.000 foram utilizados para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida em abril de 2007. Esta amortização, contudo, produz apenas efeitos financeiros (caixa), não gerando reflexos no resultado da Companhia.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2006.

b) Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2006.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	686.173	244.771	278.934	9.296	370.789
Atualizações no trimestre	(317)	5.139	14.379	1.627	9.735
Amortizações no trimestre	(51.221)	(4.633)	(4.230)	(559)	(1.482)
Passivo Líquido em 31 de março de 2007	634.635	245.277	289.083	10.364	379.042
Passivo Circulante	113.517	17.436			
Passivo Não Circulante	521.118	227.841	289.083	10.364	379.042

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	32.339	13.724	457	16.162
Despesa Reconhecida no Resultado	(16)	708	80	514
Contribuições Pagas	(2.520)	(209)	(27)	(82)
Passivo Líquido em 31 de março de 2007	29.803	14.223	510	16.594
Passivo Circulante	5.585	-	-	-
Passivo Não Circulante	24.218	14.223	510	16.594

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG no curto prazo para amortização das obrigações atuariais.

21) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), sendo ressaltado que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício representará R\$150.782, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					Saldo Líquido em 31/03/07
	Saldo em 31/12/2006 (*)	Adições (Reversões)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	68.330	31.935	(310)	99.955	(19.540)	80.415
Cíveis						
Danos Pessoais	7.694	699	-	8.393	-	8.393
Majoração Tarifária	125.202	9.342	-	134.544	(25.927)	108.617
Outras	107.964	(1.174)	-	106.790	(3.140)	103.650
Fiscais						
FINSOCIAL	20.613	28	-	20.641	(1.615)	19.026
PIS/COFINS	147.963	2.365	-	150.328	-	150.328
ICMS	20.898	(1.763)	-	19.135	-	19.135
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	40.090	835	-	40.925	-	40.925
Contribuição Social	6.289	62	-	6.351	-	6.351
INSS	33.224	693	-	33.917	-	33.917
Outras	2.524	-	-	2.524	(2.524)	-
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	6.072	30.000	(728)	35.344	(5.344)	30.000
Total	586.863	73.022	(1.038)	658.847	(58.090)	600.757

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

	Controladora					Saldo Líquido em 31/03/2007
	Saldo em 31/12/2006 (*)	Adições (Reversões)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	31.933	32.486	-	64.419	(15.081)	49.338
Cíveis						
Danos Pessoais	7.694	699	-	8.393	-	8.393
Majoração Tarifária	104.253	8.711	-	112.964	(25.927)	87.037
Outras	61.523	(6.850)	-	54.673	(3.140)	51.533
Fiscais						
FINSOCIAL	20.613	28	-	20.641	(1.615)	19.026
ICMS	1.800	(1.800)	-	-	-	-
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	40.090	835	-	40.925	-	40.925
INSS	870	29	-	899	-	899
Outras	2.524	-	-	2.524	(2.524)	-
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	6.072	-	(728)	5.344	(5.344)	-
Total	277.372	34.138	(728)	310.782	(53.631)	257.151

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. Em função da revisão da expectativa de perda nessas ações no 1º trimestre de 2007, a Controladora registrou uma provisão adicional no valor de R\$32.486.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração é de R\$134.544, integralmente provisionado.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. Foram obtidas liminares e sentença favorável. Em 4 de outubro de 2005, o TRF julgou procedente a apelação interposta pela União Federal, tendo a Light interposto petição de Embargos de Declaração, ainda não julgados.

Os valores não recolhidos são provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC. Em 09 de novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. A mesma tese é aplicada ao PIS.

Em 31 de janeiro de 2007 a Receita Federal expediu cobrança do PIS e da COFINS em discussão, tendo a Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) impetrado Mandado de Segurança e obtido liminar que suspendeu os efeitos da cobrança feita, com suspensão da exigibilidade dos créditos. A Light SESA impetrou também, medida cautelar inominada perante a Vice-Presidência do TRF, pleiteando obtenção de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário futuros, a serem interpostos contra acórdão de julgamento ainda pendente dos embargos de declaração. A decisão proferida foi favorável para suspender a cobrança do PIS e da COFINS discutidos. Os valores não recolhidos estão provisionados e vêm sendo atualizados pela SELIC.

Os valores provisionados até 31 de março de 2007 na Companhia são como segue:

- R\$100.400 em relação à expansão da base de cálculo, objeto de julgamento, em ação similar na qual o STF decidiu favoravelmente aos contribuintes; e
- R\$48.725 referente ao aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%, que ainda não teve o julgamento do mérito.

A Light está aguardando o julgamento do processo ou uma resolução do Senado Federal, tendo por base a decisão do STF, declarando a inconstitucionalidade desta Lei, o que possibilitará a reversão da referida provisão, no que se refere a porção relativa à expansão da base de cálculo do PIS e COFINS.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$19.135.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$40.925 (R\$40.090 em 31 de dezembro de 2006) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$33.917 (R\$33.224 em 31 de dezembro de 2006).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 31 de março de 2007 representam a estimativa de perdas nestas questões.

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$30.000.

(h) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG, suas controladas e controladas em conjunto discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$299.585, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de março de 2007, de R\$260.749. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de março de 2007 é R\$125.499. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$647.614, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R\$83.065. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda como possível.

(iv) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns municípios do Estado de Minas Gerais impetraram ações contra a Companhia em função do pagamento da taxa de ocupação do solo. Existem alguns processos administrativos e ações judiciais relacionadas a essas matérias, no montante aproximado de R\$6.981. A Companhia considera a expectativa de perda na ação como remota.

(v) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideraram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$95.092. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(vi) ICMS - Baixa Renda

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$81.345, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

(vii) Processo Fiscal – RME - Light

O Banco Central, baseado em suas conclusões preliminares sobre operações financeiras realizadas pela Light entre 1997 e 1998, oficiou a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, tendo cada uma iniciado seus respectivos procedimentos administrativos, conforme descrição constante nos itens I e II a seguir.

Deve ser ressaltado que após a apresentação dos devidos esclarecimentos pela Light ao Banco Central, o referido órgão restaurou integralmente os Certificados de Registro referentes aos títulos emitidos no exterior, em razão das operações acima citadas, e considerou que as mesmas foram realizadas de acordo com as regras cambiais brasileiras.

I) No tocante a investigação criminal, a mesma encontra-se no MPF (Procuradoria Regional da 2ª Região) desde 18 de maio de 2005, com relatório final da autoridade policial de 15 de abril de 2005, descaracterizando a demonstração de ilícito financeiro. A Light espera que o MPF, e tudo indica assim deva ser o procedimento, aguarde o resultado final do processo administrativo fiscal, conforme parágrafo abaixo, em consonância com a orientação expressa pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento.

II) Já no tocante ao ofício encaminhado a Secretaria da Receita Federal, esta, em 14 de dezembro de 2004, lavrou auto de infração contra a Light no valor total de R\$481.834, referente ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros pagos às suas subsidiárias Light Overseas Investment Limited (LOI) e LIR Energy Limited (LIR) (empresas não controladas pela RME), decorrentes de títulos emitidos com benefício de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte. Em 12 de janeiro de 2005, a Light apresentou sua impugnação ao Auto de Infração. Apesar de a decisão de Primeira Instância Administrativa, proferida em 15 de julho de 2005 pela 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, haver julgado procedente o lançamento, a Light considera, baseada na opinião legal de seus advogados, que são prováveis as chances de êxito na discussão dessa questão. Em 11 de agosto de 2005, a Light interpôs, no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.

(viii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$477.785. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

22) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Saldo em 31 de dezembro de 2006	7.522.453
Lucro Líquido do Trimestre	406.632
Saldo em 31 de março de 2007	7.929.085

Proposta de aumento do Capital Social

Foi aprovado na Assembléia Geral de Acionistas ocorrida em 26 de abril de 2007 um aumento do Capital Social através da utilização das Reservas de Lucros de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo das Reservas ao valor do Capital da Companhia.

Dessa forma, foi aprovado o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$1.621.538 para R\$2.432.307 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$810.769 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de cinquenta por cento, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 0,01.

Grupamento de Ações

Também foi aprovado na Assembléia Geral o Grupamento das ações da Companhia, de cada lote de 500 ações de valor nominal de R\$0,01 cada para 1 ação de valor nominal de R\$ 5,00, a realizar-se no mínimo 30 (trinta) dias após a publicação de Aviso aos Acionistas informando sobre o grupamento, em data a ser definida pela Diretoria Executiva.

O grupamento será realizado sobre o novo total de ações com valor nominal de R\$0,01 derivado da Bonificação citada acima.

23) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R\$	
	31/03/2007(*)	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
Residencial	8.626.596	4.959.391	2.208.695	1.656.875	1.074.350	823.347
Industrial	84.538	69.209	5.690.629	5.894.724	734.683	667.135
Comércio, Serviços e Outros	827.087	539.394	1.394.191	989.765	605.808	422.633
Rural	527.738	428.567	388.443	404.227	113.858	111.554
Poder Público	64.724	48.180	227.787	138.851	86.141	56.502
Iluminação Pública	2.825	2.234	309.756	261.216	77.683	66.184
Serviço Público	9.115	7.454	317.638	248.113	80.611	60.651
Sub-Total	10.142.623	6.054.429	10.537.139	9.593.771	2.773.134	2.208.006
Consumo Próprio	1.138	770	13.538	7.474	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	19.865	27.987
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(4.595)	100.287
	10.143.761	6.055.199	10.550.677	9.601.245	2.788.404	2.336.280
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	50	39	3.697.304	2.286.873	218.251	177.164
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	28.224	477
Total	10.143.811	6.055.238	14.247.981	11.888.118	3.034.879	2.513.921

- (*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.
A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.
- (**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um aumento médio de 5,16% a partir de 8 de abril de 2007. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 6,50% em suas contas de energia comparado a um aumento de 2,89% para os consumidores de alta tensão.

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas, são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

24) – RECEITA DE USO DA REDE

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	31/03/2007	31/03/2006
TUSD	350.189	317.061
Receita de uso da Rede Básica	111.880	125.042
Receita de Sistema de Conexão	48.282	24.009
	510.351	466.112

Conforme consta dos contratos de concessão estabelecidos entre a ANEEL e as empresas de transmissão Transleste, Transudeste, ERTE, EATE, ENTE, ETEP e ECTE, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

25) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
Fornecimento de Gás	64.350	69.001	-	-
Serviço Taxado	2.674	2.781	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	34.106	28.738	-	-
Prestações de Serviços	8.774	5.855	198	109
Aluguel e Arrendamento	11.160	7.892	86	398
Outras	18.691	243	16.728	-
	139.755	114.510	17.012	507

Vide comentários na nota explicativa nº 9 – Tributos Compensáveis, sobre as outras receitas operacionais na controladora.

26) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
ICMS	716.206	543.102	-	-
COFINS	258.386	232.293	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR	47.580	25.098	-	-
PIS-PASEP	48.787	53.253	-	58
Encargo de Capacidade Emergencial	113	5.810	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	5.697	4.240	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	95.049	69.080	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	147.174	96.319	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	7.479	19.354	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	7.025	7.067	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	14.832	3.534	-	-
Outras	511	984	10	5
	1.348.839	1.060.134	10	63

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a RTE e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

27) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
Pessoal, Administradores e Conselheiros	239.421	219.638	4.109	8.860
Participações dos Empregados nos Resultados	21.046	18.492	-	39
Obrigações Pós-Emprego	30.563	37.528	1.286	1.846
Materiais	22.805	17.028	68	84
Serviços de Terceiros	120.732	100.710	1.383	1.763
Energia Elétrica Comprada para Revenda	600.288	534.061	-	-
Depreciação e Amortização	178.726	151.141	175	177
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	38.102	21.923	-	-
(Reversão) Provisões Operacionais	105.294	41.648	32.530	(1.599)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	181.415	249.466	-	-
Gás Comprado para Revenda	30.024	38.954	-	-
Outras Despesas Líquidas	78.756	43.592	7.038	362
	1.647.172	1.474.181	46.589	11.532

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
Remunerações e Encargos	229.363	204.503	3.027	7.625
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	17.698	15.391	507	907
Benefícios Assistenciais	27.122	25.070	575	810
	274.183	244.964	4.109	9.342
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(34.762)	(25.326)	-	(482)
	239.421	219.638	4.109	8.860
Participações dos Empregados nos Resultados	21.046	18.492	-	39
	260.467	238.130	4.109	8.899

b) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	31/03/2007	31/03/2006
Energia de Itaipu Binacional	253.481	291.798
Energia de curto prazo	15.670	8.075
PROINFA	17.501	3.726
Contratos Iniciais	14.013	16.300
Contratos Bilaterais	2.843	29.314
Energia de Leilão – Ambiente Regulado	259.879	183.723
Outros	36.901	1.125
	600.288	534.061

c) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
Prêmio de Aposentadoria	189	1.507	43	111
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	37.180	33.858	-	(5.506)
Provisão para Contingências Trabalhistas	31.935	6.456	32.486	3.969
Reversão para Processos Administrativos da ANEEL	29.272	(176)	(728)	(176)
Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	1.030	850	134	850
Provisão (Reversão) para Cíveis – Majoração Tarifária	9.342	(1.514)	8.711	(1.514)
Outras	(3.654)	667	(8.116)	667
	105.294	41.648	32.530	(1.599)

d) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
Arrendamentos e Aluguéis	10.683	8.533	112	4
Propaganda e Publicidade	5.515	5.200	-	23
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.054	3.132	-	-
Subvenções e Doações	3.521	4.043	200	67
Taxa de Fiscalização da ANEEL	8.720	8.272	-	-
Concessão Onerosa	3.068	754	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	3.893	3.539	22	9
Seguros	1.657	1.445	12	39
Contribuição ao MAE	840	720	1	-
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	35.805	7.954	6.691	220
	78.756	43.592	7.038	362

28) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	42.226	50.169	729	9.725
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	24.427	18.314	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	38.274	68.471	-	41.266
Reversão da Provisão para Perdas Referente ao Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	(19.978)	-	(19.978)
Variação Monetária da CVA	22.571	24.602	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	62.353	84.820	6.802	7.911
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	36.433	52.256	-	-
Variações Cambiais	31.599	61.654	-	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(6.385)	(8.759)	(629)	(732)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.269	1.887	-	-
Rendas FIDC	-	-	6.199	-
Outras	51.384	13.498	12.227	4.864
	<u>304.151</u>	<u>346.934</u>	<u>25.328</u>	<u>43.056</u>
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(222.954)	(190.993)	(2.787)	(3.692)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(11.827)	(18.983)	-	-
Variação Monetária da CVA	(16.214)	(16.932)	-	-
Variações Cambiais	(2.124)	-	-	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos C.P.M.F.	(7.065)	(6.543)	(237)	-
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	(16.814)	(20.656)	(1.608)	(7.469)
Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	(16.981)	(19.176)	(6.802)	(7.911)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(36.230)	(72.360)	-	-
Outras	(40.848)	(26.704)	(9.829)	(14.407)
	<u>(371.057)</u>	<u>(372.347)</u>	<u>(21.263)</u>	<u>(33.479)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(66.906)</u>	<u>(25.413)</u>	<u>4.065</u>	<u>9.577</u>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no primeiro trimestre de 2007, no montante de R\$2.606, foram transferidos para a rubrica de Ativo Imobilizado. Não houve variação monetária ou cambial capitalizada no 1º trimestre de 2007 (R\$1.544 de encargos financeiros e R\$6.624 de variações monetárias/cambiais no 1º trimestre de 2006).

29) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	655.473	670.712	-	-	-	-	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	8.547	14.744	-	-	-	-	-	-
Outros	1.378	1.378	1.447	1.125	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	346.308	379.054	-	-	-	-	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	8.547	14.744	-	-	-	-
Outros	8	5.099	2.126	3.903	-	-	-	-
Light S.A.								
Compra de Energia Elétrica	6.265	-	-	-	16.737	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.424	2.923	-	-	13.266	12.112	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	23.679	15.088	266.599	262.084	(716.206)	(543.102)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado - CRC	1.705.237	1.726.293	-	-	38.274	48.493	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante	279.385	312.434	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	34.622	36.545	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	307.894	307.894	-	-	-	-
Debêntures	-	-	137.990	136.488	-	-	(1.411)	(853)
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	958.169	981.791	-	-	-	-
Financiamentos - BDMG	-	-	20.364	20.171	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	130.953	139.113	-	-	(30.563)	(37.528)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.444.347	1.421.315	-	-	-	-
Outros	-	-	21.409	65.310	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(17.698)	(15.391)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(1.519)	(3.102)
Outros	619	635	-	-	-	-	-	-

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 9, 12, 17, 18, 20, 22, 23, 26, 27, e 28.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$34.622 em 31 de março de 2007 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

30) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de março de 2007, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$138.313 (R\$283.597) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US\$32.899 – R\$67.456).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas consolidadas no 1º trimestre de 2007 e 2006 nos montantes de R\$34.961 e R\$70.473, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de março de 2007:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de março de 2007	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(6.890)	(6.852)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2007 até 06/2013	US\$138.313	(202.196)	(217.339)
				(209.086)	(224.191)

Adicionalmente, a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de março de 2007, é negativo em R\$11.348.

31) – RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em reunião ocorrida no dia 03 de outubro de 2006, a Diretoria da ANEEL, por maioria, decidiu aprovar o encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia - MME de um conjunto de alternativas (devidamente instruídas e apontando suas vantagens e desvantagens) para decisão quanto aos Requerimentos de Prorrogação de Concessões formulados pela controlada Cemig Geração e Transmissão para as usinas de Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias, Emborcação, Nova Ponte e Santa Luzia, com capacidade instalada total de 1.735 MW nos termos das opções a seguir sumarizadas:

- I. deferir os Pedidos, prorrogando-se as concessões mencionadas pelo prazo de 20 anos, indistintamente, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas;
- II. deferir os Pedidos, prorrogando-se as concessões acima identificadas pelo prazo estimado para a depreciação dos ativos reversíveis, limitado a 20 anos;
- III. indeferir os Pedidos, total ou parcialmente, com a conseqüente reversão dos ativos para a União e posterior realização das licitações de outorga dessas concessões. Nesta hipótese, poderia o Poder Concedente prorrogar as concessões acima identificadas pelo prazo necessário à operacionalização dos procedimentos licitatórios, bem assim à definição dos critérios para a reversão e a forma de indenização dos bens reversíveis;
- IV. em qualquer das alternativas elencadas nos subitens I e II, poderia ainda o MME, adicional e complementarmente:
 - a) estabelecer que, ao término da vigência dos CCEAR celebrados a partir do leilão de energia existente, realizado em dezembro/2004, a energia assegurada das usinas com prazos de concessão prorrogados seja destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR;
 - b) optar pela imputação da cobrança pelo Uso de Bem Público, em valor equivalente ao da Reserva Global de Reversão - RGR apurada para cada usina, a partir da extinção deste encargo, prevista para o final de 2010, conforme art. 8º da Lei nº 9.648/98.

Caso o Ministério de Minas e Energia – MME venha indeferir os pedidos de renovação dessas concessões ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de atividade e rentabilidade podem ser alterados. A Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e, portanto, não são esperadas perdas em função de uma eventual não renovação.

Deve ser ressaltado que a Companhia possui todas as qualificações exigíveis para a prorrogação do prazo de concessão das usinas, conforme consta da Nota Técnica da ANEEL nº 061/2006, de 16 de agosto de 2006, emitida pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração. Desta forma, a Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e não são esperadas perdas em função de uma eventual não renovação.

32) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstração de acordo com os critérios de divulgação estabelecidos pelo pronunciamento contábil norte-americano FAS 95 - *Statement of Cash Flows*, considerando que a Companhia é registrada na SEC – *Security and Exchange Commission* e também elabora demonstrações financeiras em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”).

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Período	406.632	339.727	406.632	339.727
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	178.726	151.141	175	177
Baixas Líquidas de Imobilizado	3.408	4.302	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(423.532)	(352.621)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(61.116)	(194.002)	(12.764)	(49.173)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	16.981	19.176	6.802	7.911
Ativo Regulatórios-PIS/PASEP/COFINS	(6.418)	(5.995)	-	-
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	105.294	41.648	32.530	(1.599)
Obrigações Pós-Emprego	30.563	37.528	1.286	1.846
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do				
Estado de Minas Gerais	-	19.978	-	19.978
Impostos Federais Diferidos	(77.228)	18.318	(11.699)	(769)
Outros	12.419	(155)	8.044	937
	<u>609.261</u>	<u>431.666</u>	<u>7.474</u>	<u>(33.586)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	3.754	(258.295)	-	-
Revendedores – Transações na CCEE/MAE	36.402	69.950	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	54.490	67.896	-	-
Créditos Tributários Diferidos	(4.744)	(11.573)	(14.012)	1.410
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de				
Minas Gerais	59.330	-	-	-
Tributos Compensáveis	(228.901)	(194.185)	(26.586)	(14.206)
Reajuste Tarifário Diferido	130.102	13.037	-	-
Outros Ativos Circulantes	42.432	63.598	1.353	24.128
Despesas Antecipadas – CVA	(201.058)	89.398	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	58.153	-
Concessionária Transporte de Energia	(47.398)	(46.413)	-	-
Depósitos Judiciais	(10.583)	(5.978)	(2.209)	48
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(22.486)	31.513	3.280	(2.810)
	<u>(188.660)</u>	<u>(181.052)</u>	<u>19.979</u>	<u>8.570</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(148.373)	(110.821)	(652)	(4.190)
Tributos e Contribuição Social	207.638	134.439	12.084	(10.849)
Salários e Contribuições Sociais	(903)	(2.517)	(2.127)	(189)
Encargos Regulatórios	(48.044)	67.527	-	-
Empréstimos e Financiamentos	97.502	127.066	2.788	3.692
Obrigações Pós-Emprego	(62.125)	(61.193)	(2.838)	(3.008)
Passivo Regulatório - CVA	272.611	15.571	-	-
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	32.510	41.458	-	-
Outros	(43.244)	(50.794)	(2.331)	1.670
	<u>307.572</u>	<u>160.736</u>	<u>6.924</u>	<u>(12.874)</u>
CAIXA GERADO (ABSORVIDO) PELAS OPERAÇÕES	728.173	411.350	34.377	(37.890)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	315.124	911.768	-	-
Alienação de Participação no FIDC	-	-	-	900.000
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(511.570)	(58.569)	(30.246)	-
Empréstimos de Curto Prazo	200.000	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	543	(946.118)	525	(946.118)
	<u>4.097</u>	<u>(92.919)</u>	<u>(29.721)</u>	<u>(46.118)</u>
TOTAL DE INGRESSO (SAÍDA) DE RECURSOS	732.270	318.431	4.656	(84.008)
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(37.618)	(8.710)	(2.868)	(1.707)
No Imobilizado	(252.435)	(232.739)	(3)	-
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	71.332	19.337	-	-
No Diferido	(5.530)	(578)	-	-
	<u>(224.251)</u>	<u>(222.690)</u>	<u>(2.871)</u>	<u>(1.707)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	508.019	95.741	1.785	(85.715)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	1.375.501	1.344.135	23.389	300.510
No fim do período	<u>1.883.520</u>	<u>1.439.876</u>	<u>25.174</u>	<u>214.795</u>
	508.019	95.741	1.785	(85.715)

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro do Período

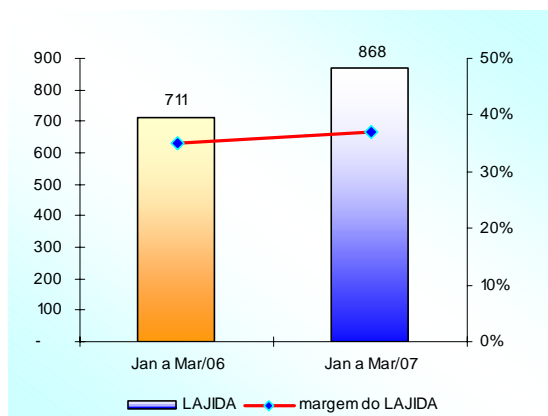
A CEMIG apresentou, no primeiro trimestre de 2007, um lucro líquido consolidado de R\$406.632, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$339.727 no primeiro trimestre de 2006, um aumento de 19,69%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 20,72% na receita com fornecimento bruto de energia elétrica, parcialmente compensado pelo aumento de 11,73% nos custos e despesas operacionais.

Como evento extraordinário em 2007, na auditoria da ANEEL realizada no mês de março, para definição do reajuste tarifário, foi identificado um ativo regulatório de CVA de compra de energia superior ao montante anteriormente registrado, representando um impacto positivo de R\$30.793, dos quais R\$29.245 referem-se ao exercício de 2006.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no primeiro trimestre de 2007 foi de R\$867.700 comparados a R\$711.369 no mesmo período do ano anterior, um aumento de 21,98%. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta um aumento de 7,54%.

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2007	31/03/2006	Var %
Lucro Líquido	406.632	339.727	19,69
+ Provisão IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	204.486	183.023	11,73
+ Resultado não Operacional	6.196	12.065	(48,64)
+ Resultado Financeiro	66.906	25.413	163,27
+ Amortização e Depreciação	178.726	151.141	18,25
+ - Participação de Minoritários	4.754	-	
= LAJIDA	867.700	711.369	21,98
Itens não recorrentes:			
+ Recomposição CVA da TUSD	-	68.323	-
- CVA Energia	(29.245)	-	-
= LAJIDA AJUSTADO	838.455	779.692	7,54



O crescimento do LAJIDA deve-se, principalmente, ao aumento de 14,83% na receita operacional líquida no primeiro trimestre de 2007 em comparação ao primeiro trimestre de 2006. O melhor desempenho verificado em 2007 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 34,97% no primeiro trimestre de 2006 para 37,14% em 2007.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.034.879 no primeiro trimestre de 2007 em comparação a R\$2.513.921 no primeiro trimestre de 2006, um aumento de 20,72%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,05%, a partir de 8 de abril de 2006 (efeito integral em 2007);
- Aumento de R\$488.776 na receita bruta em função da consolidação da Rio Minas Energia Participações S.A. - RME, referente a participação na Light S.A. a partir do terceiro trimestre de 2006;
- Redução da receita com energia não faturada, um valor negativo de R\$4.595 em 2007 em comparação a uma receita de R\$100.287 em 2006;
- Aumento de 9,83% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio), conforme demonstrado abaixo:

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	31/03/07	31/03/06	Var %
Residencial	2.208.695	1.656.875	33,30
Industrial	5.690.629	5.894.724	(3,46)
Comércio, Serviços e Outros	1.394.191	989.765	40,86
Rural	388.443	404.227	(3,90)
Poder Público	227.787	138.851	64,05
Iluminação Pública	309.756	261.216	18,58
Serviço Público	317.638	248.113	28,02
Total	10.537.139	9.593.771	9,83

O aumento na quantidade vendida deve-se principalmente à consolidação da RME.

Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$218.251 no primeiro trimestre de 2007 comparados a R\$177.164 no primeiro trimestre de 2006. Este aumento decorre basicamente do aumento na quantidade de energia vendida (3.697.304 MWh em 2007 comparados a 2.286.873 MWh em 2006) em função, principalmente, da entrada em operação das usinas de Aimorés e Irapé, no segundo semestre de 2006, e da energia anteriormente vendida para outras concessionárias, por outros agentes do mercado através de contratos bilaterais. A redução na tarifa média (R\$59,03 em 2007 e R\$77,47 em 2006) deve-se ao baixo preço de venda da energia no mercado atacadista, consequência do alto índice pluviométrico durante o período das chuvas, o que fez com que os contratos de curto prazo com agentes do mercado também tivessem os preços reduzidos.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 9,49% correspondente a R\$44.239 (R\$510.351 em 2007 comparados a R\$466.112 em 2006).

Este crescimento decorre basicamente da maior receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Cemig Distribuição e Light correspondente a R\$350.189 comparados a R\$317.061 em 2006, um aumento de 10,45%. Esta receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico, especialmente a Cemig Geração e Transmissão e seu crescimento decorre de uma maior demanda em 2007.

Em função de Resolução ANEEL, a CEMIG excluiu, nas tarifas de TUSD, os encargos de CCC, CDE e PROINFA. A Companhia pleiteará junto a ANEEL, o ressarcimento das perdas no próximo reajuste tarifário.

Compõe ainda este saldo a receita de uso da rede básica e a receita de sistema de conexão nos montantes de R\$111.880 e R\$48.282, respectivamente. Vide nota explicativa nº 24 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas. Em função da reformulação do plano de contas da ANEEL, alguns itens foram transferidos para a conta Deduções à Receita Operacional. Maiores informações vide notas explicativas nº 2 e nº 8 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$1.348.839 no primeiro trimestre de 2007 comparados a R\$1.060.134 no primeiro trimestre de 2006, um aumento de 27,23%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$147.174 no primeiro trimestre de 2007 comparados a R\$96.319 no primeiro trimestre de 2006, representando um aumento de 52,80%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a dedução à receita registrada corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$95.049 no primeiro trimestre de 2007 comparados a R\$69.080 no primeiro trimestre de 2006, um aumento de 37,59%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

As demais variações são baseadas em percentual do faturamento, portanto, as suas variações são diretamente proporcionais à evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no primeiro trimestre de 2007 foram de R\$1.647.172 comparados a R\$1.474.181 no primeiro trimestre de 2006, um aumento de 11,73%. Este resultado decorre principalmente da variação dos custos não controláveis, das despesas com depreciação e amortização e provisões operacionais. Vide maiores informações na nota explicativa nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no primeiro trimestre de 2007 foi de R\$239.421 comparados a R\$219.638 no primeiro trimestre de 2006, um aumento de 9,01%. Este resultado decorre principalmente do reajuste salarial da CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição de 4,00% em novembro de 2006 e do aumento na quantidade de empregados que passou de 10.351 em março de 2006 para 10.870 em março de 2007.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no primeiro trimestre de 2007 foi de R\$600.288 comparados a R\$534.061 no primeiro trimestre de 2006, um aumento de 12,40%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide maiores informações na nota explicativa nº 27 às Informações Trimestrais Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou um aumento de 18,25% na comparação entre os períodos, R\$178.726 no primeiro trimestre de 2007 comparados a R\$151.141 no primeiro trimestre de 2006. Esta variação decorre principalmente da consolidação da RME que contribuiu com um aumento da despesa num montante de R\$19.641 e da entrada em operação em 2006 das Usinas de Aimorés e Irapé.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$30.563 no primeiro trimestre de 2007, comparados a R\$37.528 no primeiro trimestre de 2006, representando uma redução de 18,56%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Companhia, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos em relação às obrigações.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$105.294 no primeiro trimestre de 2007 comparados a R\$41.648 no primeiro trimestre de 2006, um aumento de 152,82%. Este aumento decorre principalmente de uma maior provisão para contingências trabalhistas que passaram de R\$6.456 no primeiro trimestre de 2006 para R\$31.935 no primeiro trimestre de 2007 e da provisão para processos administrativos da ANEEL, no valor de R\$30.000, constituída em março de 2007. Vide maiores informações nas notas explicativas nº 21 e nº 27 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no primeiro trimestre de 2007 foi de R\$181.415 comparados a R\$249.466 no primeiro trimestre de 2006, uma redução de 27,28%. Esta redução deve-se principalmente ao valor registrado na despesa, no primeiro trimestre de 2006, de parcela da CVA constituída em 2005, no montante de R\$93.265 em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$30.024 no primeiro trimestre de 2007 comparados a R\$38.954 no primeiro trimestre de 2006, uma redução de 22,92%. Esta variação deve-se principalmente à redução na quantidade comprada nos períodos comparados; 86.584 mil m³ no primeiro trimestre de 2007 comparados a 100.602 mil m³ no primeiro trimestre de 2006.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado no primeiro trimestre de 2007 foi uma despesa financeira líquida de R\$66.906 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$25.413 no primeiro trimestre de 2006. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- ❑ Despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$222.954 no primeiro trimestre de 2007 comparados a R\$190.993 no mesmo período de 2006, um aumento de 16,73%. Este aumento decorre principalmente de novos empréstimos contratados no segundo semestre de 2006.
- ❑ Ganhos líquidos com variações cambiais no primeiro trimestre de 2007, no montante de R\$29.475 em comparação a ganhos líquidos de R\$61.654 no primeiro trimestre de 2006, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação decorre principalmente da redução do saldo devedor em moeda estrangeira em função dos critérios de rolagem da dívida e da variação cambial. No primeiro trimestre de 2007, o real apresentou uma valorização de 4,10% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 7,19% no mesmo período de 2006.
- ❑ Perda líquida com instrumentos financeiros utilizados em operações de hedge, no primeiro trimestre de 2007, no montante de R\$34.961 comparada a uma perda líquida de R\$70.473 no primeiro trimestre de 2006. Esta variação deve-se à valorização do Real frente ao dólar norte-americano, mencionado no item anterior.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no primeiro trimestre de 2007, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$204.486 em relação ao lucro de R\$615.872, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,20%. No primeiro trimestre de 2006, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$183.023 em relação ao lucro de R\$522.750, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 35,01%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

Adotamos uma política de total transparência em nosso relacionamento com o mercado de capitais, com o objetivo de possibilitar aos acionistas a correta valorização de seu investimento em nossas ações. Para isso, utilizamos os seguintes meios:

- Nossa página na internet está disponibilizada em três idiomas (português, inglês e espanhol);
- Reuniões com investidores no Brasil e no Exterior, road shows (visitas de apresentação aos investidores) ou reuniões individualizadas;
- Participações em eventos, congressos e seminários voltados aos investidores;
- Divulgação ampla de comunicados através da internet;
- Teleconferências e videoconferências;
- Arquivamento de comunicados, avisos aos acionistas e fatos relevantes nos órgãos reguladores dos mercados de capitais no Brasil (CVM) e no exterior (SEC).

Destacamos que as divulgações dos resultados trimestrais e anual são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, contando com a presença do Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia.

Em 2006 participamos de 83 seminários e encontros com investidores, 7 congressos e conferências no Brasil e no exterior, 7 road shows no exterior e no Brasil, além de um grande número de reuniões, teleconferências e videoconferências com analistas e investidores, que ultrapassaram a marca de 260 reuniões. De 28 a 30 de maio, realizamos o 11º Encontro Anual da CEMIG com o Mercado de Capitais, juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec Nacional, em Belo Horizonte incluindo uma visita técnica à Usina Termelétrica de Igarapé, na cidade de Juatuba, Minas Gerais.

Governança Corporativa

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio de um equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos. Dessa forma, procuramos sempre aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossa política de Governança Corporativa consiste na adoção das melhores práticas, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar nossos projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos.

Em 2001 aderimos ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos nossos acionistas melhores práticas de relacionamento com os investidores. Ademais, por estar listada na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Ao final de 2006 completamos a adequação de nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley. Possuímos, também, ações preferenciais listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Nossa Empresa possui uma estrutura de comitês corporativos que garante a tomada de decisões estratégicas a partir de critérios técnicos.

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos e não contratamos, com eles, serviços de consultoria.

Temos nossa Declaração de Princípios Éticos e o Código de Conduta Profissional. A declaração e o código traduzem a nossa cultura e se alinham com a forma como conduzimos nossos negócios, frente aos desafios de um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Nosso Estatuto inclui metas do Plano Diretor e da Política de Dividendos:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- o montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manter as despesas da CEMIG Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- manter as receitas da CEMIG Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica nos valores reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias.

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA;
- montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, nos exercícios sociais de 2006 e 2007, limitado a, no máximo, 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente.

Desde 2002, adotamos uma Política de Divulgação e Uso de Informações, aprovada pelo Conselho de Administração e aplicável a todos os administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivas com o objetivo de coibir o uso de informações privilegiadas conforme estabelecido na Instrução 358 da CVM. Divulgamos nossos resultados em BRGAPP e USGAPP.

O acordo de acionistas assinado entre o governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Ltda – SEB, em 1997, encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração foi eleito em 28 de abril de 2006 através do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dos atuais 14 integrantes efetivos do Conselho de Administração da CEMIG, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. - SEB e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais. Deve-se destacar que temos um conselheiro indicado pelo acionista majoritário que representa o sindicato dos empregados. Nosso Conselho é multidisciplinar, integrado por membros com formação em diversas áreas Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Diplomacia e outras, com grande experiência na gestão de negócios observando, assim, a boa prática de trazer para o Conselho uma ampla diversidade de competências e experiências. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

O mandato dos atuais membros é de 3 anos e expira na Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2009.

Além das definidas em lei são responsabilidades e atribuições de nosso Conselho :

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a CEMIG e acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos do mercado interno ou externo para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual;
- a fixação da orientação geral dos negócios da CEMIG.

Nosso Conselho de Administração se reuniu 31 vezes durante o ano de 2006 para discutir o planejamento estratégico, projetos de expansão, aquisições de novos ativos, entre outros assuntos.

Em 2006, foi aprovada a criação de comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para, previamente, analisarem e discutirem as matérias a serem deliberadas naquele fórum, conforme a seguir:

- Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
- Comitê de Governança;
- Comitê de Recursos Humanos;
- Comitê de Estratégia;
- Comitê Financeiro; e,
- Comitê de Auditoria e Riscos.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

Nossa Diretoria Executiva é composta por sete membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

Sua principal responsabilidade é a gestão dos negócios da empresa, obedecendo ao Plano Estratégico Plurianual. É integrada por membros com capacitação técnica Engenharia e Administração de Empresas, e com grande experiência na gestão de negócios, sendo que um é empregado e 2 são ex-empregados da Companhia. Sua remuneração é estabelecida anualmente pela Assembléia Geral Ordinária. É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da CEMIG, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na CEMIG Geração e Transmissão S/A e na CEMIG Distribuição S/A.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- revisar anualmente o Plano Diretor;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 5 milhões;

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária de 2009.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2006, foram realizadas 70 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem- Diretoria e Conselhos.

Conselho Fiscal

Temos um Conselho Fiscal permanente e estatutário. O mandato atual expira em abril de 2007. Nosso Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências Finanças, Direito, Administração de Empresas e outras. A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores. Em 2006, foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal. Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida que aceitou a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Lei Sarbanes-Oxley

O Projeto CEMIG-SOX tem como objetivo a certificação do sistema de controles internos relacionados com a elaboração dos relatórios financeiros e com os procedimentos de divulgação das informações e fatos relevantes da Empresa, atendendo às exigências da SEC - Security and Exchange Commission, agência federal norte-americana autorizada a emitir regulamentos e a fazer cumprir as determinações e providências emanadas do mercado de capitais norte-americano.

As atividades do Projeto foram intensificadas em janeiro de 2006, com a participação em tempo integral de 40 empregados da Empresa oriundos de diversas áreas, além do apoio de consultores contratados.

A partir de uma análise do balanço consolidado e da nossa matriz de riscos, identificamos e mapeamos 25 processos relevantes relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas e selecionamos, inicialmente, 950 controles, sendo que desses, 450 foram classificados como controles chave, capazes de proporcionar uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias foram registradas, processadas e divulgadas de acordo com as normas, prazos e formatação estipulados pela SEC.

Este trabalho proporcionou a revisão dos processos relevantes e a validação do desenho dos controles internos relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas. Constatamos que na maioria dos processos analisados, os procedimentos de controles internos, já adotados pela Companhia, mostraram-se eficazes após os testes de auditoria, o que possibilitou à Diretoria Executiva da Companhia emitir um relatório conclusivo sobre a eficácia dos controles internos.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

A CEMIG opera em ambientes onde fatores como a consolidação setorial, globalização, tecnologia, regulamentação, reestruturações, variações de mercado e competição criam incertezas. Portanto, torna-se necessário estimar precisamente a probabilidade de ocorrência de um potencial evento e os seus impactos nos resultados empresariais associados.

Procuramos fazer o alinhamento com o Planejamento Estratégico da CEMIG, o qual tem definido os objetivos estratégicos dos processos de negócio da empresa. A partir dos objetivos estratégicos são identificados os riscos que poderão comprometer as metas caso estes venham se materializar.

Salientamos os princípios relevantes que norteiam a consolidação do gerenciamento de riscos da CEMIG:

- reduzir uma volatilidade de performance não aceitável;
- substituir o método de gestão de riscos efetuado em silos organizacionais por uma visão norteada pela estrutura de processos da cadeia de valor corporativo;
- maximizar o nível de confiança dos investidores e demais stakeholders;
- atender aos princípios de governança corporativa em seu mais alto nível, incluindo os requisitos de “compliance”;
- propiciar respostas rápidas e efetivas na ocorrência de alterações do ambiente de negócios;
- alinhar a estratégia empresarial e a cultura corporativa.

Procurando atender aos objetivos mencionados foi implantada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na CEMIG. Em 2004 ocorreu a 1ª revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a 2ª revisão cujo objetivo foi identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A metodologia de mensuração de riscos utilizada pela CEMIG é a Metodologia ORCA, implementada em projeto, iniciado em 2003 com a consultoria da PriceWaterhouseCoopers, que prevê a combinação de técnicas de análise qualitativa, semi-qualitativa e quantitativa. Utilizamos o Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a CEMIG possui um site de acesso dos empregados com informações precisas sobre o processo. O Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos é subordinado ao Conselho de Administração.

Categorização dos riscos corporativos da CEMIG

- Riscos Estratégicos: falta de capacidade ou habilidade em proteger-se ou adaptar-se às mudanças internas e externas que possam interromper o alcance de objetivos e a execução da estratégia planejada
- Riscos de Conformidade: não cumprimento das legislações externas aplicáveis ao seu negócio e/ou não elaboração, divulgação e cumprimento suas normas e procedimentos internos.
- Riscos Financeiros: inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas/desconhecidas e/ou complexas e/ou de alto risco. Estão associados à volatilidade do preço de ativos (taxa de juros, câmbio, patrimônio, instrumentos financeiros), liquidez (fluxo de caixa, custo de oportunidade, concentração) e crédito (cumprimento, concentração e garantia).
- Riscos de Recursos Humanos: ineficiência em gerir seus recursos humanos de forma alinhada aos objetivos estratégicos definidos.
- Riscos Ambientais: gestão inadequada de questões ambientais e/ou da falta de realização de boas práticas ambientais requeridas pelos negócios.
- Riscos de Tecnologia da Informação e Telecomunicações: obsolescência, indisponibilidade ou ineficiência sistemas informatizados, equipamentos de tecnologia e/ou de telecomunicações.
- Riscos Operacionais: a inadequação ou falha dos processos internos das unidades de negócio da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional com os objetivos de aprimorar o sistema interno de governança corporativa e incrementar a transparência, a qual foi distribuída a todos empregados e está disponível na nossa página da internet (www.cemig.com.br).

Seus principais objetivos são:

- orientar e disciplinar a atuação de empregados, gerentes, administradores (membros do Conselho de Administração e Diretores) e membros do Conselho Fiscal da CEMIG;
- servir de referência para a verificação de conformidade em relação ao cumprimento deste Código;
- orientar o Comitê de Ética da CEMIG na avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões desse Código.

Aplica-se, também, a contratados e prestadores de serviço.

A Declaração e o Código são amplamente divulgados a todos os empregados, com ações permanentes junto aos gerentes para multiplicação do assunto em suas áreas de atuação.

Também, nosso processo de seleção e contratação de empregados incorpora uma palestra sobre a Declaração e o Código, ao final da qual os novos empregados assinam o compromisso de adesão aos princípios e normas de conduta estabelecidos durante sua permanência na empresa.

Em abril de 2006, a GASMIG divulgou, oficialmente, sua Declaração de Princípios e o Código de Conduta Profissional e sua implementação contou com workshop e outras atividades para todo o quadro de pessoal da empresa.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://cemig.infoinvest.com.br>.

INDICADORES ECONOMICO - FINANCEIROS

- PATRIMONIAIS

Itens	Unidade	Mar/07	Dez/06	Mar/06
Valor Patrimonial da ação (lote mil ações)		48,94	46,39	46,40
Valor de Mercado da ação (lote mil ações)	ON	100,59	91,20	79,75
	PN	101,00	104,99	98,75

- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

Descrição	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME LIGHT	ETPE, ENTE, ERTEM EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	AJUSTE	TOTAL
ATIVO	9.864.002	7.654.946	9.985.461	2.036.825	275.530	317.130	372.898	151.426	119.039	446.659	(8.203.395)	958.169	23.978.690
Disponibilidades	25.174	863.633	584.107	109.221	41.927	64.511	26.831	45.188	36.480	86.448	-	-	1.883.520
Contas a Receber	1.868.769	344.566	2.888.126	561.388	7.859	126.670	26.889	4.485	2.356	20.255	(1.227.833)	958.169	5.581.699
Ativo Regulatório	-	98.316	1.906.493	44.578	-	-	-	-	-	-	-	-	2.049.387
Outros Ativos	742.716	527.547	827.809	319.092	3.231	38.757	54.385	28.021	4.207	19.604	(40.299)	-	2.525.070
Investimentos/Imobilizado/Diferido	7.227.343	5.820.884	3.778.926	1.002.546	222.513	87.192	264.793	73.732	75.996	320.352	(6.935.263)	-	11.939.014
PASSIVO	9.864.002	7.654.946	9.985.461	2.036.825	275.530	317.130	372.898	151.426	119.039	446.659	(8.203.395)	958.169	23.978.690
Fornecedores e Suprimento	5.694	132.781	740.932	122.278	2.441	22.689	21.138	3.382	2.926	11.130	(15.243)	-	1.050.148
Emprestimo, Financiamento e Debentures	83.167	3.168.755	2.670.222	693.362	155.362	-	22.065	-	-	44.402	-	958.169	7.795.504
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.374.353	346.308	655.473	-	22.462	9.713	-	22.272	17.743	47.730	(1.121.701)	-	1.374.353
Obrigações Pós-Emprego	61.130	297.412	954.582	245.277	-	-	-	-	-	-	-	-	1.558.401
Outros Passivos	410.573	582.567	2.433.872	569.740	6.706	128.136	6.731	27.239	5.331	36.690	(131.188)	-	4.076.397
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	92.239	-	-	-	-	-	-	-	-	92.239
Participações minoritárias	-	-	-	82.068	-	-	20.495	-	-	-	-	-	102.563
Patrimônio Líquido	7.929.085	3.127.123	2.530.380	231.861	88.559	156.592	302.469	98.533	93.039	306.707	(6.935.263)	-	7.929.085
Receita Operacional Líquida	17.002	587.171	1.297.180	332.807	16.215	49.381	28.130	9.485	6.079	25.779	(33.083)	-	2.336.146
Custo e Despesa Operacional													
Pessoal	(4.109)	(60.182)	(172.598)	(16.504)	(319)	(2.237)	(3.144)	(295)	(437)	(642)	-	-	(260.467)
Pessoal - Administradores e Conselheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	(68)	(2.773)	(17.468)	(1.145)	(70)	(355)	(773)	(37)	(67)	(49)	-	-	(22.805)
Materia Prima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	(1.383)	(18.512)	(77.800)	(13.270)	(1.097)	(1.341)	(4.207)	(494)	(541)	(2.087)	-	-	(120.732)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(35.935)	(1.030)	-	-	-	-	(544)	(233)	(360)	-	-	(38.102)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(440.021)	(192.714)	-	-	-	-	-	(636)	33.083	-	(600.288)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmis	-	(61.964)	(116.984)	-	-	-	-	-	(837)	(1.630)	-	-	(181.415)
Depreciação e Amortização	(175)	(55.604)	(95.059)	(19.641)	(1.695)	(1.193)	(1.549)	(627)	(531)	(2.652)	-	-	(178.726)
Obrigações Pós-Emprego	(1.286)	(5.746)	(18.393)	(5.138)	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.563)
Provisões Operacionais	(32.530)	(92)	(50.861)	(21.020)	-	-	(8)	-	-	(783)	-	-	(105.294)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(30.024)	-	-	-	-	-	-	(30.024)
Outras Despesas Líquidas	(7.038)	(15.835)	(33.062)	(4.961)	(139)	(1.021)	(16.014)	(102)	(77)	(507)	-	-	(78.756)
	(46.589)	(256.643)	(1.023.276)	(274.393)	(3.320)	(36.171)	(25.695)	(2.099)	(2.723)	(9.346)	33.083	-	(1.647.172)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas)													
Financeiras	(29.587)	330.528	273.904	58.414	12.895	13.210	2.435	7.386	3.356	16.433	-	-	688.974
Resultado Financeiro	4.065	(69.062)	10.715	(17.700)	(2.583)	2.574	662	1.176	973	2.274	-	-	(66.906)
Lucro (prejuízo) Operacional	(25.522)	261.466	284.619	40.714	10.312	15.784	3.097	8.562	4.329	18.707	-	-	622.068
Resultado não Operacional	(2.316)	5.476	(9.350)	(53)	6	-	41	-	-	-	-	-	(6.196)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social	(27.838)	266.942	275.269	40.661	10.318	15.784	3.138	8.562	4.329	18.707	-	-	615.872
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.938	(90.731)	(94.871)	(15.938)	(3.329)	(5.010)	(866)	(2.905)	(635)	(1.139)	-	-	(204.486)
Participações Minoritárias	-	-	-	(4.868)	-	-	114	-	-	-	-	-	(4.754)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(16.900)	176.211	180.398	19.855	6.989	10.774	2.386	5.657	3.694	17.568	-	-	406.632

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.03.2007

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
		%		%		%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	50,96	102	-	36.116.304.986	22,27
Outras Entidades do Estado	9.552.515	0,01	1.776.588.306	1,95	1.786.140.821	1,09
Total						
Controlador Southern Electric Brasil Part. Ltda.	36.125.857.399	50,97	1.776.588.408	1,95	37.902.445.807	23,37
	23.362.956.173	32,96	-	-	23.362.956.173	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.03.2007

Item	Nome	Quantidade de Quotas	%
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira

2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	31.03.2007		31.03.2006	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	36.125.857.399	1.776.588.408	36.125.656.294	1.906.290.095
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Wilson Nélio Brumer	-	1	-	1
Djalma Bastos de Moraes	-	13.400	-	13.400
Francelino Pereira dos Santos	-	1	-	1
Antônio Adriano Silva	-	1	-	1
Nilo Barroso Neto	-	1	-	1
Haroldo Guimarães Brasil	1.000	-	1.000	-
Carlos Augusto Leite Brandão	1.950	-	1.950	-
Andréa Paula Fernandes Pansa	1.950	-	1.950	-
Antônio Luiz Barros de Salles	-	-	1.950	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	1.924.241	-	-	-
José Luiz Alquéres	-	-	-	1
Wilton de Medeiros Daher	2	-	-	-
Aécio Ferreira da Cunha	-	1	5.866	1.461
José Augusto Pimentel Pessoa	1.950	-	1.950	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	-	1	-	1
Alexandre Heringer Lisboa	-	1	-	1
Fernando Lage de Melo	-	1	-	1
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	-	290	-	290
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	-	1	-	1
Francisco Sales Dias Horta	-	-	-	1
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	-	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	-	1	-	1
Antônio Renato do Nascimento	1	-	1	-
Fernando Teixeira Mendes Filho	-	-	1.950	-
Eduardo Leite Hoffmann	1	-	-	-
Rodrigo Bhering Andrade	-	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	-	1	-	-
Andréa Leandro Silva	1.950	-	1.950	-
Guy Maria Villela Paschoal	-	-	2.854	-
Eduardo Castilho de Vasconcelos Costa	1	-	-	-
Eduardo Lery Vieira	-	1	-	1
Evandro Veiga Negrão de Lima	-	-	1.924.241	-
Luiz Aníbal de Lima Fernandes	8	-	-	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	1	-	1
Franklin Moreira Gonçalves	-	1	-	1

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	31.03.2007		31.03.2006	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA				
Djalma Bastos de Moraes	-	13.400	-	13.400
Celso Ferreira	-	-	1	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Flávio Decat de Moura	-	-	-	1
Luiz Fernando Rolla	2	-	-	-
Heleni de Mello Fonseca	-	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	-	1	-	-
Elmar de Oliveira Santana	-	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	101.217	-	-
José Maria de Macedo	-	112.962	-	112.962
CONSELHO FISCAL				
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos	-	-	-	-
Drummond	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Ronald Gastão Andrade Reis	-	-	-	-
Augusto Cezar Calazans Lopes	-	-	-	-
Carlos Volpe de Paiva	-	1.692	-	-
Itamaury Teles de Oliveira	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
31.03.2007	34.746.377.467	49,03	89.433.805.932	97,98	124.180.183.399	76,58
31.03.2006	34.748.511.629	49,03	89.304.232.604	97,84	124.052.744.233	76,50

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas (controladora e consolidado), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e o relatório de desempenho.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da Companhia e de suas controladas.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 acima, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.
4. Nossa revisão especial foi conduzida com o objetivo de emitirmos relatório de revisão sobre as informações trimestrais referidas no parágrafo 1. As demonstrações dos fluxos de caixa, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007 (controladora e consolidado), que estão sendo apresentadas nas Informações Trimestrais para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e como parte das Informações Trimestrais básicas. As demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão especial descritos no parágrafo 2 e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante para que estas estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Conforme descrito na nota explicativa nº 31, as concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia da controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. encontram-se expiradas em 31 de março de 2007. Em 3 de outubro de 2006, a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL encaminhou para o Ministério de Minas e Energia – MME, um conjunto de alternativas para a renovação destas concessões. Caso o Ministério de Minas e Energia venha a indeferir os pedidos de renovação destas concessões ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. (“concessão onerosa”), os atuais níveis de atividade e rentabilidade daquela controlada e da Companhia podem ser alterados.
6. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 5, 6, 7 e 16, às Informações Trimestrais, em 31 de março de 2007, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de março de 2007, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
7. Os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2006, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, conforme parecer datado de 28 de fevereiro de 2007, sem ressalvas e contendo parágrafos de ênfase quanto aos mesmos assuntos constantes dos parágrafos 5 e 6 acima e quanto ao fato de a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, ter fixado, em 7 de abril de 2004, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Cemig Distribuição S.A. em 37,86%, a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica retroativamente a 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2006, também apresentadas para fins comparativos, foram por nós revisadas, conforme relatório de revisão especial datado de 3 de maio de 2006, sem ressalvas e contendo parágrafos de ênfase quanto aos assuntos constantes do parágrafo 6 acima e quanto a mudança no percentual de reposicionamento tarifário em decorrência da revisão tarifária periódica descrita acima.

Belo Horizonte, 8 de maio de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC-SP 139.572/O-5 S/MG